



Educación Física y Ciencia
ISSN: 1514-0105
ISSN: 2314-2561
revistaefyc@fahce.unlp.edu.ar
Universidad Nacional de La Plata
Argentina

Estudo comparado da prática esportiva no Brasil e Espanha: repercussões nas políticas públicas

Athayde, Pedro Fernando Avalone; Carneiro, Fernando Henrique Silva; Moraes, Danielle Batista de; Mascarenhas, Fernando; Rodríguez Díaz, Álvaro

Estudo comparado da prática esportiva no Brasil e Espanha: repercussões nas políticas públicas

Educación Física y Ciencia, vol. 24, núm. 3, e226, 2022

Universidad Nacional de La Plata, Argentina

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=439972157011>

DOI: <https://doi.org/10.24215/23142561e226>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional.

Estudo comparado da prática esportiva no Brasil e Espanha: repercussões nas políticas públicas

Comparative study of sport practice in Brazil and Spain: repercussions on public policies

Estudio comparado de la práctica deportiva en Brasil y España: repercusiones en las políticas públicas

Pedro Fernando Avalone Athayde

Universidade de Brasília, Brasil

pedroavalone@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7219-3444>

DOI: <https://doi.org/10.24215/23142561e226>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=439972157011>

Fernando Henrique Silva Carneiro

Instituto Federal de Goiás, Brasil

fernandohenriques@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2800-1895>

Danielle Batista de Moraes

Instituto Federal de Goiás, Brasil

talkdani@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2307-8711>

Fernando Mascarenhas

Universidade de Brasília, Brasil

fernando.masca@outlook.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0265-502X>

Álvaro Rodríguez Díaz

Universidad de Sevilla, Brasil

jalvaro@us.es

 <https://orcid.org/0000-0003-3016-6557>

Recepción: 17 Febrero 2022

Aprobación: 25 Julio 2022

Publicación: 01 Agosto 2022

RESUMO:

Este artigo tem como o objeto de análise dados diagnósticos, produzidos por órgãos de governo nacionais ou organizações internacionais e intergovernamentais, sobre a prática esportiva no Brasil e na Espanha, coletados entre 2013 e 2015 e no caso espanhol de 2015 e 2019. O principal objetivo da pesquisa é analisar, comparativamente, as características da prática de atividade física e esportiva (AFE) no Brasil e na Espanha como subsídio às políticas públicas esportivas nacionais. Caracteriza-se como uma pesquisa social, qualitativa e de nível exploratório, tendo como principal procedimento metodológico a pesquisa documental. Os dados acessados são oriundos de estudos diagnósticos de abrangência nacional com dados coletados entre 2013 e 2015 e na Espanha até 2019. A análise permitiu localizar semelhanças no perfil dos praticantes e nas motivações para a prática e o abandono. Ao mesmo tempo, identifica-se a presença de distinções nos determinantes de acesso e nos tipos de atividades escolhidas. No Brasil a desigualdade social também se faz presente no acesso à AFE e sobressai a escolha pelo futebol. Já no caso espanhol observa-se a maior equidade e diversidade entre os tipos de prática. Tais características consubstanciam dimensões da realidade esportiva nacional que devem ser consideradas no âmbito do planejamento das políticas públicas e da atuação governamental dos dois países.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, Prática esportiva, Brasil, Espanha.

ABSTRACT:

This article aims to analyze diagnostic data on sport practices in Brazil, produced by national government agencies or international and intergovernmental organizations, collected between 2013 and 2015, and in Spain, in 2015 and 2019. The main objective of the research is the comparative analysis of the characteristics of physical activity and sport practice (PASP) in Brazil and Spain, as a subsidy to national public sport policies. It is characterized as a social, qualitative, and exploratory investigation, with documentary research as the main methodological procedure. The data came from diagnostic studies of national scope collected between 2013 and 2015 in Brazil, and until 2019 in Spain. The analysis enabled the identification of similarities in the profile of practitioners and their motivations for starting and leaving the practice. At the same time, distinctions were identified with regard to the determining conditions of access and the types of activities chosen. In Brazil, social inequality is also present in access to PASP, and the choice of soccer stands out. In the Spanish case, there is greater equity and diversity among the types of practice. Such characteristics embody dimensions of the reality of sports in Brazil that should be considered in the scope of public policy planning and governmental action in both countries.

KEYWORDS: Public policies, Sport practice, Brazil, Spain.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objeto de análisis datos diagnósticos, producidos por organismos gubernamentales nacionales y organizaciones internacionales e intergubernamentales, sobre la práctica deportiva en Brasil y España, recopilados entre 2013 y 2015 y, en el caso español, de 2015 y 2019. El objetivo principal de la investigación es analizar comparativamente las características de la práctica de actividad y deporte (PAD) en Brasil y España como subsidio a las políticas públicas deportivas nacionales. Se caracteriza por ser una investigación social, cualitativa y exploratoria, con la investigación documental como principal procedimiento metodológico. Los datos consultados proceden de estudios diagnósticos de ámbito nacional con datos recogidos entre 2013 y 2015 y, en España, hasta 2019. El análisis permitió encontrar similitudes en el perfil de los practicantes y en las motivaciones de la práctica y el abandono. Al mismo tiempo, se identifica la presencia de diferencias en los determinantes del acceso y en los tipos de actividades escogidas. En Brasil, la desigualdad social también está presente en el acceso a PAD y se destaca la elección del fútbol. En el caso español, existe una mayor equidad y diversidad entre los tipos de práctica. Tales características encarnan dimensiones de la realidad deportiva nacional que deben ser consideradas en el ámbito de la planificación de las políticas públicas y la acción gubernamental de ambos países.

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas, Práctica deportiva, Brasil, España.

INTRODUÇÃO

“Se um homem não sabe a que porto se dirige, nenhum vento lhe será favorável” a frase de Sêneca se remete à importância de prospecção orientada para um objetivo claro. Em outras palavras, destaca a necessidade de planejamento para direcionamento e concretização de objetivos, metas e ações. No âmbito da atuação estatal e da gestão pública, o planejamento é um expediente fundamental e previsto nos modelos de formulação e análise de políticas públicas. Além disso, a falta de uma visão sistêmica no planejamento é apontada entre os fatores de fracassos das políticas.

No Brasil, identificamos na atuação estatal diferentes visões e técnicas de planejamento das políticas públicas. Oliveira (2006) organiza essas interpretações em quatro grupos, sendo que os dois primeiros se caracterizam pela crença no papel da planificação inicial, a diferença é que o segundo reconhece a possibilidade de uma concepção adequada falhar em função de erros no momento da implementação. O terceiro grupo, de visão mais contemporânea, busca incorporar as questões afetas à implementação desde o momento de elaboração e para isso lançam mão de monitoramento, auditorias e reuniões técnicas de acompanhamento. Por fim, temos o modelo participativo ou democrático, que busca incorporar a participação social às etapas de planejamento.

Essa abordagem introdutória acerca da importância e das formas de planejamento no âmbito das políticas públicas, relaciona-se ao pressuposto inicial deste texto de que a elaboração bem-sucedida de uma política esportiva requer uma orientação programática, guiada por uma cultura censitária de levantamento prévio de informações. Nesse sentido, o objeto analisado neste texto refere-se a dados diagnósticos sobre a prática esportiva no Brasil e na Espanha, produzidos por órgãos de governo nacionais ou organizações internacionais e intergovernamentais e coletados entre 2013 e 2015 e no caso espanhol de 2015 e 2019. Para colocar à prova

a hipótese ora apresentada, busca-se, por meio de um estudo comparativo entre os países, problematizar o potencial destas informações como parâmetro para elaboração da política pública e orientação da atuação governamental.

No conjunto de publicações sobre a temática investigada, identifica-se que Scheerder, Willen e Claes (2017) organizaram obra de caráter transnacional conformada com estudos sobre políticas esportivas nacionais. Rodríguez-Romo (2009) e Calvo-Ortega e Perrino-Peña (2017) investigaram características da prática esportiva em localidades específicas da Espanha. Mussino, Oliveira e Taffarel (2013) abordam o estudo “Diagnóstico Nacional do Esporte e Lazer” no Brasil, cotejada com pesquisa piloto sobre participação esportiva em cidades no nordeste brasileiro. O estudo de Rocha (2018) realiza análise sobre as tendências globais que direcionam as políticas públicas e a organização esportiva do Brasil e da Espanha.

Observa-se, portanto, lacuna na produção científica de estudos que problematizem análises panorâmicas da prática esportiva em âmbito nacional em perspectiva comparada. Para contribuir a produção acadêmico-científica este artigo apresenta como objetivo analisar, comparativamente, as características da prática de atividade física e esportiva (AFE) no Brasil e na Espanha como subsídio às políticas públicas esportivas nacionais.

METODOLOGIA

O projeto de pesquisa que originou este artigo corresponde a pesquisa social de abordagem qualitativa, de dimensão exploratória e fundamentada no método dialético. Marconi e Lakatos (2019, p. 108) caracterizam este método como aquele que “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”. Ao mesmo tempo, adotou as etapas do processo científico, propostas por Minayo (2013), a saber: a) fase exploratória; b) trabalho de campo; e c) análise e tratamento do material empírico e documental.

A fase exploratória iniciou, ainda, com a elaboração do projeto de pesquisa para concorrer a edital de agência de fomento local. Além disso, compõe esta etapa a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, posteriormente aprovado por meio do Parecer nº 4.008.482.

A etapa de trabalho de campo desenvolveu-se em duas direções. Neste texto, está contemplada apenas uma parte da primeira fase que se refere ao levantamento do material documental, realizada entre abril de 2019 e março de 2020. Segundo a classificação proposta por Marconi e Lakatos (2019), a pesquisa documental foi composta por documentos contemporâneos do tipo escrito secundário, que correspondem a relatórios periódicos que diagnosticaram o cenário nacional da prática de AFE no Brasil e na Espanha.

Os documentos recolhidos para a pesquisa foram os seguintes: (i) Diagnóstico Nacional do Esporte – DIESPORTE (Brasil, 2015); (ii) Estudo Práticas de Esporte e Atividade Física, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017); (iii) Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil, Movimento é Vida! Atividades físicas e esportivas para todas as pessoas (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2017); (iv) Special Eurobarometer 412, Sport and Physical Activity (União Europeia, 2014); (v) Encuesta de Hábitos Deportivos en España (Ministerio de Cultura y Deporte, 2015); (vi) Anuario de Estadísticas Deportivas (Ministerio de Cultura y Deporte, 2019).

Cabe destacar que foram considerados apenas documentos oficiais com características de estudos diagnósticos e transversais com abrangência nacional. Como critério de seleção da amostra optou-se apenas por publicações produzidas por órgãos de governo responsáveis pela política de esporte nacional, por institutos de pesquisas vinculados à administração pública federa e por organizações internacionais e intergovernamentais. Em relação ao período de publicação foram incorporados os documentos mais atuais até o encerramento da pesquisa documental. Nesse sentido, cabe registrar a ausência de monitoramento ou

avaliação por parte do Governo Federal brasileiro sobre o período posterior aos grandes eventos esportivos realizados no país e os legados projetados.

A terceira e última etapa da pesquisa qualitativa corresponde à análise e tratamento do material documental, cotejada com os elementos dos estudos comparados. A perspectiva comparada no âmbito da administração pública estuda as semelhanças e diferenças entre várias unidades de análise, nos níveis da organização, da gestão e da política, com o objetivo de consolidar uma base de conhecimento institucionalizado, que auxilie na tomada de decisão dos gestores (Guess e Gabrielyan, 1998; Santiso, 2003). Para Pliscoff e Monje (2003), a comparação aprimora a capacidade de descrever e permite sintetizar os elementos diferenciadores e comuns de um fenômeno particular que permeia a gestão pública. Especificamente, no caso deste estudo, aplica-se esse suposto metodológico à esfera das políticas esportivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

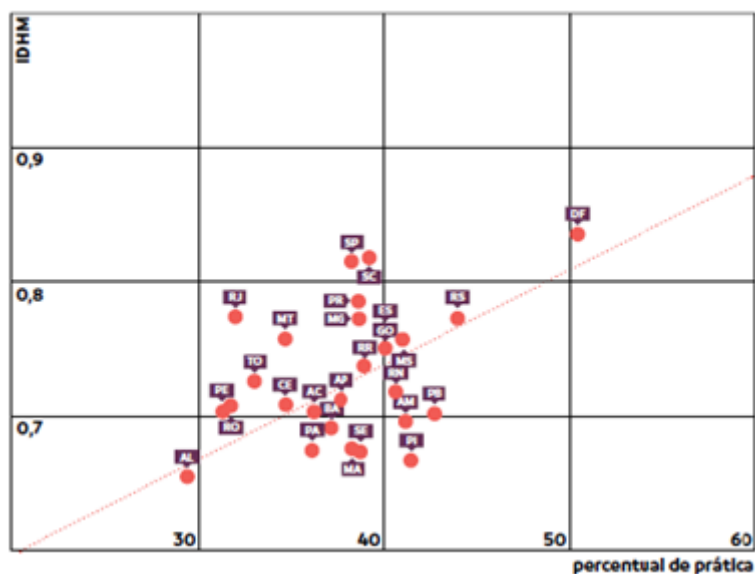
Nesta parte desenvolve-se caracterização panorâmica de Brasil e Espanha, a partir de informações abrangentes no conteúdo e amostra, porém específicas quanto à temática da prática de AFE. Para a exposição dos dados, conforme disposto no delineamento metodológico, adotou-se como referência principal documentos mais amplos com características diagnóstica e censitária.

BRASIL

Projeções mais otimistas, como o Diagnóstico Nacional do Esporte - DIESPORTE (Brasil, 2015), afirmam que 54% da população brasileira pratica AFE. O caráter questionável desse dado é ilustrado pelo fato de que o país estaria próximo à média da União Europeia (UE), que é de 58%, conforme Eurobarômetro de 2014. Portanto, a priori, parece uma estimativa pouco realista, alcançada em virtude de amostragem baixa e desconsiderando marcadores sociais, como, por exemplo, a frequência da prática e as disparidades regionais.

O Brasil é um país muito desigual em distribuição desproporcional da renda e da riqueza, onde desenvolvimento econômico aparece em descompasso com a inclusão social, articulados a uma cultura de preconceitos e atos discriminatórios de raça e gênero (Ianni, 2004). Essa característica se manifesta nas diferenças entre as regiões de seu amplo território. A título de exemplo, o Relatório “Movimento é Vida” (PNUD, 2017) aponta relação direta entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹ e o acesso à prática de AFE. A Figura 1 demonstra que o Distrito Federal (DF), região de maior IDHM e onde está situada a capital do país, possui o maior percentual de praticantes, acima de 50% da população local.

FIGURA 1
Percentual da população que pratica AFE, por Unidade da Federação e IDHM



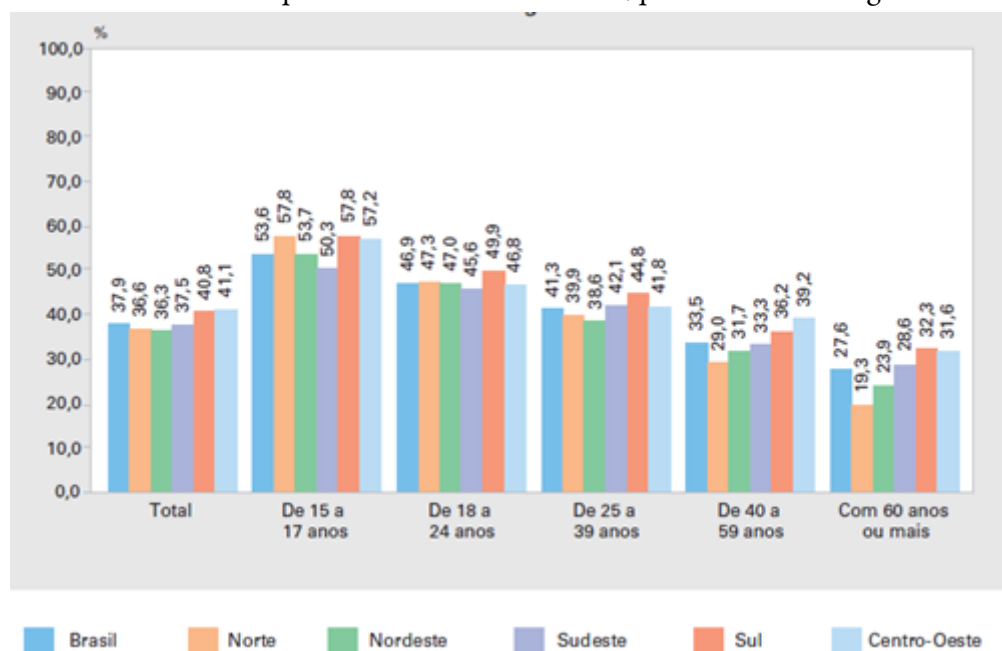
Fonte: PNUD (2017)

Estudo realizado após o DIESPORTE, integrante da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, encontrou um percentual de 37,9% (42,7% nos homens e 33,4% nas mulheres). A título de comparação, com esse resultado, o Brasil estaria entre os quatro países mais sedentários da EU, a frente apenas de Portugal (64%), Malta (75%) e Bulgária (78%). Além disso, o estudo identificou variações entre as regiões do país, oscilando de 36,6% no Norte a 41,1% no Centro-Oeste (IBGE, 2017).

Ao aplicar os marcadores de frequência e tempo de prática, o Relatório PNUD (2017) verificou que os percentuais de praticantes caem numa razão inversamente proporcional à periodicidade e tempo dedicado à AFE. Somente 22,5% praticam pelo menos 150 minutos semanais ou 75 minutos de forma vigorosa, enquanto 31,5% declararam ter praticado algum tipo de AFE nos últimos três meses.

O extrato da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (IBGE, 2017), ao incluir marcadores sociais, engendrou retrato mais fidedigno da realidade da prática de AFE no Brasil. Com a indexação do fator idade, foi possível observar queda significativa nos percentuais a partir dos 40 anos e, portanto, uma prevalência de percentuais mais elevados entre os jovens (Figura 2). No entanto, cabe destacar que, concomitantemente, o DIESPORTE (Brasil, 2015) demonstrou que juventude entre 15 e 24 anos tem os percentuais mais elevados de interrupção da prática de AFE, alcançando até 45% de abandono. Trata-se da fase da vida que coincide com o período escolar e com o ingresso no mundo do trabalho, que passa a concorrer com o tempo necessário para a prática de AFE, conforme identificou o estudo de Lores, Murcia e Dantas (2007).

FIGURA 2
Percentual de praticantes de AFE no Brasil, por faixa etária e região



Fonte: IBGE (2017)

A escolaridade e a renda, especialmente em sociedades acentuadamente desiguais, são determinantes para o acesso a um conjunto de bens materiais, sociais e culturais. O caso da AFE no Brasil comprova essa condicionalidade, uma vez que quanto maior o nível de instrução escolar e de rendimento mensal domiciliar per capita, maior é o alcance dessas atividades. As pessoas com ensino superior completo têm 56,7% de acesso, enquanto os sem instrução apenas 17,3%. “A parcela de praticantes cresce de forma consistente na medida em que o grau educacional é maior. Proporcionalmente, o segmento mais escolarizado tem um envolvimento com as AFEs 3,31 vezes maior do que o menos escolarizado” (PNUD, 2017, p. 98-99).

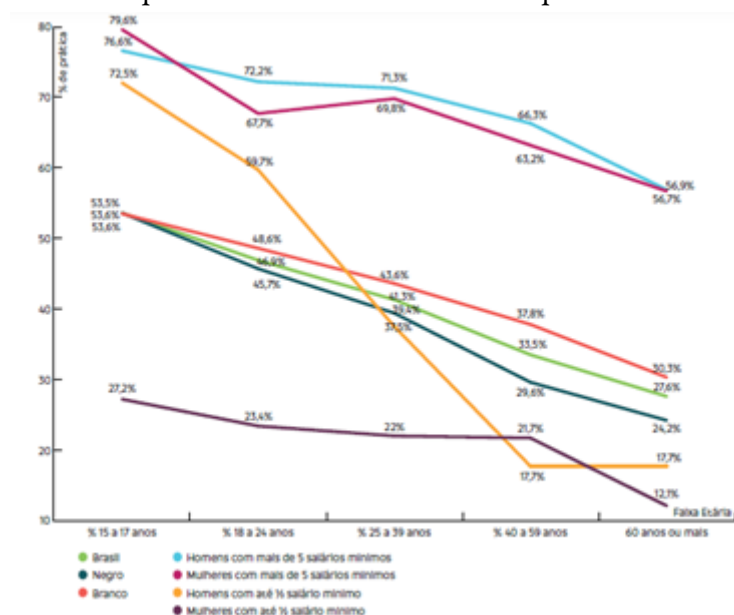
No caso da renda, 65,2% das pessoas situadas no grupo com 5 salários-mínimos ou mais acessam AFE, ao passo que no grupo de sem rendimento a menos de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo reduz para 31,1% (PNUD, 2017). Dentro desse critério, o Relatório do PNUD concluiu:

Existe uma marcada associação entre o rendimento mensal domiciliar per capita e a prática de AFEs. A proporção de pessoas localizadas no estrato social com maior rendimento domiciliar per capita dobra quando comparada com a proporção de praticantes localizados no estrato inferior de renda (2017, p. 98).

O Relatório PNUD (2017) demonstrou que, quando os marcadores sociais são combinados, o grupo que reúne as pessoas mais jovens e localizadas nos estratos de maior rendimento mensal domiciliar per capita é o que tem maior proporção de praticantes. A renda é, portanto, fator determinante! Em todas as combinações de marcadores sociais os grupos com cinco salários-mínimos ou mais aparecem acima da taxa média da população. Esse é um dado que, *a priori*, permite perceber o grau de privatização e mercantilização dos serviços, espaços e instalações para a prática de AFE no Brasil, condicionando o acesso de um direito de cidadania à condição socioeconômica individual ou familiar.

Na outra extremidade do acesso, o Relatório PNUD (2017) aponta que o grau de escolaridade, renda e idade impactam negativamente. No entanto, é importante lembrar que a desigualdade social brasileira não se circunscreve a estes aspectos. Logo, as iniquidades de acesso à AFE se aprofundam quando aplicamos os marcadores relacionados às questões de gênero e raça (Figura 3), que aprofundam as assimetrias.

FIGURA 3
Perfil de praticantes de atividade física e esportiva no Brasil



Fonte: PNUD (2017)

Em síntese, os dados ora destacados evidenciam que a histórica desigualdade social do Brasil se reproduz numa iniquidade de acesso à AFE. Saindo dos dados sobre o acesso, apresentamos informações sobre o tipo de atividade física ou esportiva praticada pelos brasileiros. A Tabela 1 destaca que o futebol e a caminhada são as atividades mais praticadas no país. Os fatores que determinam essa preferência são culturais, sociais e econômicos, para citar alguns exemplos: as condições climáticas, as tradições regionais, o custo da prática e a acessibilidade/simplicidade dos espaços disponíveis.

TABELA 1
Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade que praticaram algum esporte, no período de referência de 365 dias (%)

Principal esporte praticado	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Futebol	39,3	55,9	48,8	33,3	35,1	32,9
Caminhada	24,6	21,2	25,4	24,8	22,0	29,2
Voleibol, basquetebol e handebol	2,9	3,9	2,3	2,5	3,6	4,2
Fitness	9,0	5,4	7,7	10,5	8,2	11,3
Ciclismo	3,2	1,9	2,3	3,5	4,3	3,6
Lutas e artes marciais	3,1	2,6	2,7	3,6	2,7	2,8
Ginástica rítmica e artística	3,2	1,5	1,3	4,4	4,3	2,6
Outros esportes	14,7	7,6	9,5	17,5	19,8	13,3
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE (2017). Elaboração própria

Os marcadores sociais que engendram iniquidades no acesso também impactam a escolha do tipo de AFE. No caso do futebol, os homens correspondem a 94,5% dos praticantes dessa modalidade e no grupo de 15 a 17 anos, representou 64,5%. Em contrapartida, a caminhada se destaca entre a população com 60 anos ou mais (59,6%) e a ginástica rítmica e artística, dança e ballet são majoritariamente praticadas por mulheres, com percentuais acima dos 80%. Tais números demonstram a perpetuação de alguns estereótipos, produzidos a partir de recortes de gênero, que rotulam determinadas AFE como masculinas ou femininas, conforme demonstra estudos de Goellner (2005) e Knijnik (2006).

Em relação às motivações para a busca pelas atividades física ou esportiva, 33% dos praticantes alegam motivos relacionados à melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2015). Cabe destacar que, de acordo com Carvalho (2008), qualidade de vida não é sinônimo de saúde, mas sim de condição de vida. Sendo assim, a garantia da qualidade de vida passa por condições de natureza estrutural favoráveis, como: moradia/habitação; acesso a emprego, formação; realização por meio do trabalho; acesso às atividades de lazer.

De outro lado, o DIESPORTE (Brasil, 2015) aponta que 69,8% alegam a falta de tempo como principal motivo para o abandono à prática de AFE, segundo o PNAD/IBGE (2017) o percentual é de 38,2%. O aparente paradoxo decorre do fato deste tempo, na maioria das vezes, ser corroído pelo deslocamento nas grandes cidades, pelas obrigações sociais e pelas atividades educacionais e laborais, que – em tese – seriam capazes de garantir as condições materiais para o acesso a uma melhor qualidade de vida.

Por fim, um dado igualmente importante diz respeito aos locais de AFE, descritos na Tabela 2. As informações reforçam observação anterior quanto à mercantilização destes espaços, uma vez que predominam o uso de instalações pagas. A ampliação dos espaços abertos e públicos, preferencialmente equipados, tem o potencial de gerar um impacto positivo na ampliação do acesso, na diversificação da prática e na redução do sedentarismo, o que ficará mais claro no comparativo com os dados do Eurobarômetro.

TABELA 2

Distribuição de praticantes, segundo o local em que costumavam praticar o esporte principal (2015)

Locais de prática	TOTAL	Grandes Regiões				Centro-Oeste
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	
Instalação esportiva com algum pagamento	33,7	24,9	23,3	37,9	44,1	33,4
Instalação esportiva com utilização gratuita	17,8	19,9	17,6	17,5	17,2	18,5
Em espaço público aberto com equipamentos esportivos	21,2	19,5	22,5	21,4	18,8	22,2
Em espaço público ou privado sem equipamentos esportivos	24,5	33,1	34,8	20,0	17,0	22,5
Espaço condominial ou em domicílio	2,7	2,5	1,8	3,1	2,9	3,4
TOTAL	100	100	100	100	100	100

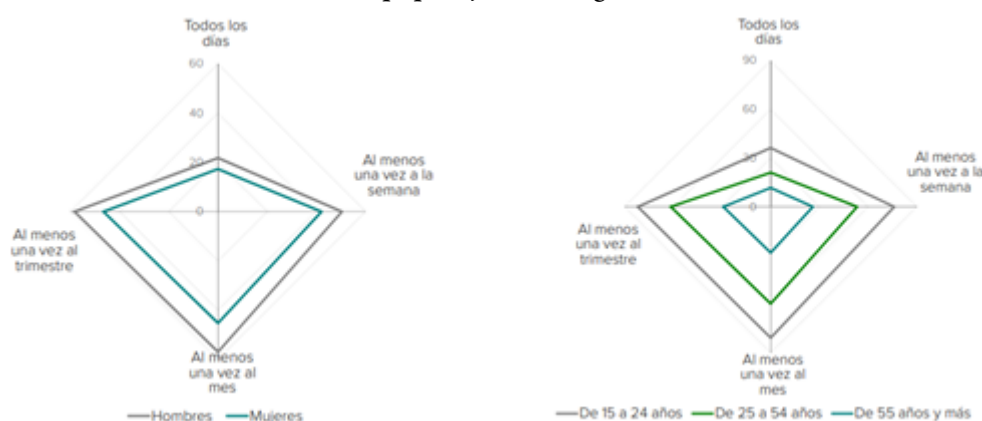
Fonte: IBGE (2017). Elaboração própria

ESPAÑA

Diferente do Brasil, a Espanha dispõe de uma cultura censitária de acompanhamento estatístico do esporte no país, como instrumento de planejamento da política pública para este setor. O *Ministerio de Cultura y Deporte* possui uma Divisão de Estadísticas e Estudios. Desde 2005 é publicado periodicamente a cada quinquênio pesquisa sobre o esporte espanhol (*Encuestade Hábitos Deportivos en España*) e anualmente o Anuário Estatístico que já se encontra na sétima edição, documento que possibilita conhecer a situação do setor esportivo na Espanha e sua evolução. Além disso, todo esse conjunto de informações, além de outras, está consolidada em base de dados, o DEPORTEDData², desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estadística para o Ministério.

De acordo com o Special Eurobarometer 412, Sport and Physical Activity (União Europeia, 2014), 44% dos espanhóis não praticam AFE, ao passo que 15% praticam regularmente e 31% com alguma regularidade. A Encuesta de Hábitos Deportivos en España (Ministerio de Cultura y Deporte, 2015) apresenta que 53,5% praticaram esporte no último ano e destes 86,3% praticam pelo menos uma vez por semana e 19,5% afirmam praticar todos os dias. Dados gerais que apresentam um nível de sedentarismo inferior àquele encontrado na pesquisa brasileira. A Figura 4 ilustra a prática dos espanhóis, segundo a frequência, sexo e idade.

FIGURA 4
Pessoas que praticam esporte segundo a frequência, sexo e idade
(em % do total da população investigada em cada coletivo)

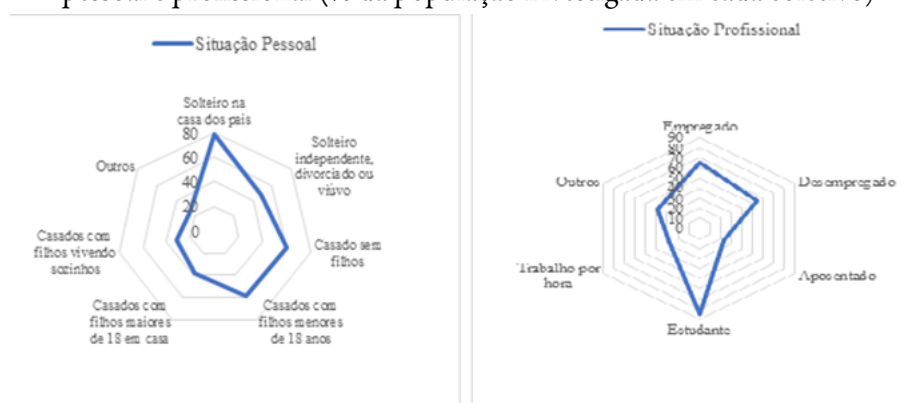


Fonte: Ministerio de Cultura y Deporte (2015)

Semelhante aos dados encontrados no Brasil, na Espanha também são os jovens - 15 a 19 anos (87%) e 20 a 24 anos (78,2%) - e as pessoas com maior escolaridade - superior completo (73,4%) - que possuem os maiores percentuais de prática de AFE. Utilizando alguns marcadores sociais e classificações diferentes daquelas adotadas pelos estudos brasileiros, a Espanha diferencia a prática de AFE a partir da situação pessoal e profissional. No primeiro caso, as pessoas solteiras e que residem com os pais possuem os maiores percentuais de prática esportiva (79%), enquanto na questão profissional o percentual mais alto está no grupo dos estudantes (85,2%) – Figura 5.

FIGURA 5

Pessoas que praticam esporte no último ano, segundo situação pessoal e profissional (% da população investigada em cada coletivo)



Fonte: Ministerio de Cultura y Deporte (2015)

Para Moscovo-Sánchez, Fernández-Gavira e Rodríguez-Díaz (2014), a partir dos anos 1990, houve um processo impulsionado pelos Jogos Olímpicos Barcelona 1992 de dissipação da democratização do esporte na Espanha, sendo consolidada a hegemonia do mercado. Assim, ao longo do tempo o acesso as práticas de AFE passou a ser acessado como um serviço privado, tendência semelhante àquela identificada no Brasil. Trata-se de um comportamento reproduzido em escala global dentro de uma economia globalizada e de um processo acentuado de mercantilização da cultura, das relações e dos fenômenos sociais no âmbito da sociedade contemporânea.

Em relação aos locais da prática, 19,4% dos espanhóis realizam sua prática em casa e 15,8% em centros de ensino, porém a maioria (74,8%) respondem que realiza suas atividades em outros lugares. O Anuário Estatístico (2019) do Ministerio de Cultura y Deporte apresenta dados mais detalhados dos locais de prática (Tabela 3), no qual se destacam os espaços abertos e de acesso livre, independentemente do sexo e da faixa etária e, posteriormente, os ginásios privados, portanto numa relação inversa àquela identificada no caso do Brasil.

TABELA 3
Praticantes por sexo, lugar e instalações onde praticam (2015)

Locais, instalações e espaços de prática		Total	Homens	Mulheres
		100	100	100
Locais onde praticam esporte	Ao ar livre	45,9	55,6	34,3
	Em espaços fechados	24,0	14,9	34,9
	Indiferente	30,1	29,5	30,8
	Em casa	19,4	19,6	19,2
	Em centro de Ensino	15,8	11,1	21,5
	No Trabalho	2,4	3,0	1,7
	No trajeto entre o trabalho e o centro de ensino	3,4	2,8	4,2
	Outros lugares	74,8	80,0	68,6
Instalações esportivas que geralmente utilizam	Instalações esportivas específicas	58,8	53,7	64,9
	Ginásios públicos	13,2	10,1	16,9
	Ginásios privados	23,1	19,2	27,7
	Outras instalações ou clube esportivo público	17,9	19,2	16,3
	Outras instalações ou clube esportivo privado	12,1	14,2	9,6
Espaços abertos ou livres (parques, campo...)		69,9	78,1	60,0
Outros lugares		19,1	18,5	19,7

Fonte: Encuesta de Hábitos Deportivos en España (Ministerio de Cultura y Deporte, 2015)

Os dados sobre a preferência espanhola de localidade para a prática esportiva coincidem com o resto da UE. Segundo o *SpecialEurobarometer 412, Sport and Physical Activity* (União Europeia, 2014), 40% dos entrevistados preferiam parques e locais abertos. A importância desses espaços para a prática de AFE e, por conseguinte, nas políticas esportivas e no planejamento urbano das cidades fica evidente no documento da UE, uma vez que os países com menores índices de sedentarismo como Suécia (9%) e Finlândia (15%), a despeito das condições climáticas, também possuem altos percentuais de uso de espaços abertos, respectivamente, 55% e 71%.

Para Burillo, Rodríguez-Romo, Salinero, Gallardo e García-Tascón (2010) há desigualdades regionais de acesso às instalações esportivas na Espanha, apontando que isso tem levado a grandes diferenças no nível de acesso a AFE na população. Além disso, os autores apresentam que há uma relação direta entre o desenvolvimento econômico e social das Comunidades Autônomas – desenvolvimento industrial, crescimento econômico e concentração populacional – com elevadas taxas de prática esportiva e um bom perfil das instalações esportivas. Já Martínez-Castillo (2001) identificou que as Comunidade Autônomicas com maior desenvolvimento socioeconômico são aquelas que apresentam maior quantidade de instalações esportivas e maior presença de entidades privadas na gestão daquelas.

Entre os praticantes de esporte da Espanha, 79% afirmam praticar mais de uma modalidade (83,4% entre os homens e 73,6% entre as mulheres). Inicialmente, chama a atenção uma distribuição mais equânime e plural

entre as modalidades, sobretudo na comparação com o perfil brasileiro. Ciclismo (38,7%) e natação (38,5%) são as modalidades mais destacadas, e com uma forte interface, pois 50,2% das pessoas que praticam ciclismo fazem natação e daqueles que nadam 50,4% também pedalam. O futebol, apesar de a Espanha possuir um dos campeonatos profissionais mais assistido e valorizado do mundo³, é apenas a sétima opção com 22,4% da preferência dos espanhóis (Ministerio de Cultura y Deporte, 2015).

A caminhada, que aparece com destaque nos estudos brasileiros, devido a sua importância é tratada separadamente na *Encuestade Hábitos Deportivos en España*. Em um comportamento semelhante àquele encontrado no Brasil, os resultados espanhóis mostram que 70,6% da população caminha pelo menos dez minutos seguidos com o objetivo de manter ou melhorar a forma física, sendo que 69,9% pelo menos uma vez por mês e 49,1% diariamente. A caminhada é mais frequente nas mulheres (74%), do que nos homens (67%). Além disso, enquanto a taxa de prática esportiva diminui com a idade, o hábito de caminhar atinge os percentuais mais elevados entre o grupo de 55 a 64 anos (79,9%). Um dos fatores que ajudam a explicar essa opção são as denominadas *ruta del colesterol* (rota do colesterol), trajetos para as pessoas caminharem por no mínimo uma hora, a fim de diminuir a taxa de colesterol sanguíneo da população em risco (Rocha, 2018).

A principal motivação dos espanhóis para a prática esportiva é estar em forma, 29,9%. Parece, *a priori*, objetivo mais restrito do que aquele apontado nos estudos brasileiros e da própria União Europeia, em que o destaque é dado à melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida. Entretanto, destaca-se na sequência a busca pela diversão e entretenimento (23%), argumento que no Brasil apresenta menor destaque se considerarmos uma comparação com a categoria “Para relaxar no meu tempo livre” com 11,9% (Brasil, 2015). De outro lado, a principal razão para o abandono se assemelha ao caso brasileiro, sendo a falta de tempo indicada por 43,8%, no caso da UE o percentual é de 42%.

É importante destacar que o direito ao esporte não se restringe ao acesso direto à prática de AFE, mas deve também compreender sua fruição, ou seja, a possibilidade de assistir a um evento esportivo, seja presencialmente, seja pelos meios de comunicação. Na Espanha, 81,7% tiveram esse contato indireto com o esporte, sendo que 37,1% de forma presencial e 79,5% através de mídia audiovisual. Além disso, 61,7% dos espanhóis costumam se informar, ao menos uma vez no ano, sobre o esporte pela imprensa ou mídia audiovisual e 58,8% o fazem uma vez por semana (Ministerio de Cultura y Deporte, 2015).

O Anuário Estatístico é um documento composto por uma ampla gama de dados, divididos em duas partes. A primeira inclui as estimativas de natureza transversal relacionada ao emprego e às empresas ligadas ao esporte, gastos com esportes realizados pelas famílias e pela administração pública, educação, comércio exterior e turismo ligados ao esporte. Na segunda, estão contidas informações de natureza específica do setor, incluindo indicadores relacionados ao esporte federado, capacitação de treinadores, controle antidoping, hábitos e instalações esportivas e campeonatos esportivos universitários e escolares.

Em 2018, a Espanha possuía 34.529 empresas ligadas ao setor esportivo, sendo 81,9% vinculada à prestação de serviços de atividade física, 17,3% ao comércio varejista de artigos esportivos e 0,8% à fabricação de artigos esportivos. A Catalunha abriga 18,5% dessas empresas, seguida pela Comunidade de Madri (16,1%) e Andaluzia (15,3%).

Em relação ao comércio exterior de bens vinculados ao setor esportivo, em 2018 a Espanha importou 2.080,3€ (milhões) e exportou 1.029,7€ (milhões), em ambos os casos a União Europeia foi seu principal parceiro comercial com 53,8% das importações e 76,7% das exportações. Os principais produtos alvo dessas negociações são os calçados e os artigos e equipamentos ligados à ginástica, polo e similares.

A Espanha é reconhecida pela riqueza de seus aspectos culturais e belezas naturais, o que a torna o terceiro país mais visitado do mundo, cerca de 75 milhões no ano de 2016. Há, no entanto, um forte turismo interno, estimulado pelo setor esportivo. No ano de 2018, 4,13 milhões de espanhóis viajaram por motivos vinculados ao esporte, sendo que 83,3% tiveram como destino o próprio país. As principais atividades que motivaram essa circulação foram a caminhada e o montanhismo, que representam 33,7% das viagens e 25% dos gastos.

O modelo de formulação e análise de políticas públicas denominado de “Arenas Sociais” enfatiza o papel dos chamados empreendedores políticos e destaca a divulgação de indicadores que revelam a dimensão do problema como um dos principais mecanismos para chamar a atenção dos decisores e formuladores de políticas públicas. Trata-se de um exemplo entre outros que demonstra a importância de estudos diagnósticos e a produção de dados como parâmetro para a gestão pública. Ao mesmo tempo, não se deve cair na tentação de uma racionalidade instrumental e tecnocrática, que pode supervalorizar a capacidade da produção científica em orientar a ação política (Schmidt, 2018). Os problemas que as informações iluminam e que, porventura, venham a constituir a agenda pública, na maior parte dos casos são multicausais e exigem um tratamento interdisciplinar.

Mais especificamente, em relação aos dados destacados neste artigo reforça-se a importância de políticas esportivas que promovam a democratização do direito à prática esportiva, orientada por princípios como justiça social e equidade, corrigindo iniquidades de acesso e assimetrias regionais. No caso brasileiro, faz-se necessário uma atuação governamental no campo esportivo cujo conteúdo valorize a pluralidade e diversidade da cultura corporal, possibilitando novas e diversas experiências para além daquelas modalidades mais tradicionais, especialmente o futebol.

Aos gestores públicos de Brasil e Espanha apresenta-se o desafio de como lidar com os reflexos da acentuada mercantilização esportiva. Atualmente, no caso brasileiro, parece ocorrer uma desresponsabilização estatal pela promoção de políticas públicas esportivas de âmbito nacional, delegando ao mercado a oferta de serviços neste setor e estendendo os reflexos da histórica desigualdade social no acesso ao esporte. Enquanto o mercado, representado pela pujante indústria esportiva, amplia e diversifica seu leque de serviços e produtos, engendrando novos interesses e aspirações, por outro lado, o Estado e a gestão pública se distanciam das necessidades sociais, objeto precípuo das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conquanto a pesquisa e a política tenham epistemologias e tempos distintos, encerramos esse artigo destacando que no âmbito da gestão pública Brasil e Espanha tem comportamentos distintos, sendo que o primeiro ainda não possui uma cultura de subsidiar suas políticas esportivas nacionais com informações qualificadas, extraídas de pesquisas e estudos sistemáticos. Essa deficiência tem implicações diretas na formação de agenda, na tomada de decisão dos gestores e, sobretudo, no acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações implantadas.

O panorama esportivo de Brasil e Espanha mostram cenários com semelhanças no perfil dos praticantes, nas motivações para a prática e abandono, porém, ao mesmo tempo, existem distinções no acesso e nos tipos de atividades. Se no caso brasileiro destaca-se a reprodução de sua desigualdade social no acesso à prática de AFE, bem como uma monocultura futebolística, no caso espanhol ressalta-se a maior equidade e diversidade entre os tipos de prática. Nos dois exemplos fica evidente a responsabilidade e importância das políticas públicas para o setor esportivo, atendendo necessidades sociais, corrigindo iniquidades e garantindo um acesso mais equânime e plural. Entretanto, no caso do Brasil nota-se a necessidade de investimento na pesquisa como estratégia de avaliação, monitoramento e transparência da política pública e maior conhecimento acerca dos hábitos de prática esportiva dos brasileiros e brasileiras.

O filósofo Sêneca, citado no início deste texto, afirmou que do “Do mal não pode nascer o bem...”. Da mesma forma, da desinformação e discricionariedade não pode nascer a “boa” política, capaz de democratizar e qualificar a prática esportiva. Por fim, destaca-se a necessidade de estudos que aprofundem a análise panorâmica do setor esportivo e suas implicações no planejamento governamental, cotejando dados nacionais com as particularidades locais. Os estados brasileiros e as comunidades autônomas espanholas possuem histórias, tradições e culturas muito distintas, que podem engendrar realidades ricas e diversas. Outro fator

importante, no caso do específico do Brasil, seria a atualização dos estudos aqui apresentados, aferindo o impacto da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 no acesso às atividades física e esportiva.

FINANCIAMIENTO

Este estudo contou com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, por meio do Edital nº 04/2017.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério do Esporte. (2015). *Diesporte - Diagnóstico Nacional do Esporte: caderno 1*. Brasília, Brasil: Ministério do Esporte.
- Burillo, P., Rodríguez-Romo, G., José Salinero, J., Gallardo, L. y García-Tascón, M. (2010). La distribución territorial de la oferta de instalaciones deportivas en España. Clasificación de las Comunidades Autónomas en función de IISID. *Apunts. Educación física y deportes*, 100, 56-65.
- Calvo-Ortega, E. y Perrino-Peña, M. (2017). Hábitos físico-deportivos em Adolescentes de Castilla y León. *Movimento*, 23(4), 1341-1352. Recuperado de: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.71852>.
- Carvalho, Y. M. de. (2008). O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: A Saúde. En E. M. Húngaro, L. G. Damasceno e C. C. Garcia (Orgs.), *Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais* (pp. 145-158). Santo André, SP: Alpharrabio.
- Knijnik, J. D. (2006). *Femininos e masculinos no futebol brasileiro* (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Lores, A. P., Murcia, J. A. M. y Dantas, E. H. M. (2007). Motivos da prática esportiva de acordo com o nível de competência percebida na idade adulta: um estudo piloto. *Motricidade*, 3(4), 7-21.
- Goellner, S. V. (2005). Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 19(2), 43-51.
- Guess, G. M. y Gabrielyan, V. (1998). Comparative and international administration. En J. Rabin, W. B. Hildreth y G. J. Miller (Orgs.), *Handbook of public administration*. New York: Marcel Dekker.
- Ianni, O. (2004). *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). *Práticas de esporte e atividade física: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Marconi, M. de A. y Lakatos, E. M. (2019). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Martínez-Castillo, J. del (2001). La gestión pública y privada de los espacios deportivos en las comunidades autónomas y los sistemas locales. *Apunts. Educación Física y Deportes*, 63, 74-83.
- Minayo, M. C. de S. (2013). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Ministerio de Cultura y Deporte. División de Estadística y Estudios, Secretaría General Técnica (2015). *Encuesta de Hábitos Deportivos 2015*. España, Madrid: Secretaría General Técnica.
- Ministerio de Cultura y Deporte. División de Estadística y Estudios, Secretaría General Técnica (2019). *Anuario de Estadísticas Deportivas 2019*. Madrid, España: Secretaría General Técnica.
- Mussino, A., Oliveira, A. F. S. de. y Taffarel, C. N. Z. (2013). Il “Diagnostico Nacional do Esporte e Lazer”: conoscere per governare un sistema sportivo. *Rivista Trimestrale di Scienza Dell'amministrazione*, 1, 45-64.
- Oliveira, J. A. P. de (2006). Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública*, 40(2), 273-287.
- Pliscoff, C. y Monje, P. (2003). Metodo comparado un aporte a la investigación en gestión pública. Trabalho apresentado em *Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, 8, Panamá.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017). *Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional - Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas*. 2017. Brasília: PNUD.
- Rocha, C. C. (2018). *Políticas públicas e organização esportiva: estudo comparado Brasil-Espanha* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília.
- Rodríguez-Romo, G. (2009). La pràctica esportiva al municipi de Madrid i a les corones metropolitanes: la seva distribució segons les característiques sociodemogràfiques. *Apunts. Educació física i esports*, 4(98), 59-67.
- Santiso, C. (2003). Reinventing Leviathan. The politics of administrative reform in developing countries. En B. Heredia e R. B. Schneider (Orgs.), *Public Administration and Development*. Miami: North South Center Press.
- Scheerder, J., Willem, A. y Claes, E. (2017). *Sport Policy Systems and Sport Federations: a cross-national perspective*. London: Palgrave Macmillan.
- Schmidt, J. P. (2018). Para Estudar Políticas Públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. *Revista do Direito*, 3(56), 119-149.
- União Europeia (2014). *Special Eurobarometer 412. "Sport and physical activity"*. Belgium, Brussels: European Commission.

NOTAS

- 1 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- 2 Disponível em: <http://www.culturaydeporte.gob.es/servicios-al-ciudadano/estadisticas/cultura/mc/deportedata/portada.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.
- 3 De acordo com a Pluri Consultoria, a Copa do Rei da Espanha e Primeira Divisão Espanhola (La Liga) ocupam o quinto e sexto lugares entre os torneios de futebol mais valiosos do mundo, avaliados, respectivamente, em R\$ 8 e R\$ 7,2 bilhões. Disponível em: <https://www.pluriconsultoria.com.br/>. Acesso em: 28 mar. 2020.